

Projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: projetos e ações**Realização:** Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Getúlio Vargas**Entrevistado:** Marcelo Calero**Local:** CPDOC FGV Rio de Janeiro, RJ**Entrevistadora:** Carla Siqueira**Transcrição:** Lia Carneiro da Cunha**Data da transcrição:** 18 de agosto de 2016**Conferência de fidelidade:** Marina Duarte Martinez e Lucas Pacheco Campos**Data da conferência:** 16 de outubro de 2016 / 27 de janeiro de 2017**Entrevista: 01/08/2016**

Carla Siqueira – Ministro, eu queria começar perguntando sobre a sua experiência na presidência do Comitê Rio 450 anos; tendo em vista que um dos nossos objetivos é justamente registrar esse lugar da cultura no âmbito dos grandes eventos, talvez a gente possa pensar no Rio 450 anos como um antecedente importante. Eu queria, então, saber primeiro como foi o convite para ocupar a presidência do Comitê.

Marcelo Calero – É. Na verdade, eu estava na prefeitura já. Eu sou do Itamaraty, e aí eu tinha sido convidado pelo embaixador Laudemar Aguiar para integrar a equipe dele na Assessoria Internacional do prefeito. Isso, em 2013. Eu estava no México. E a Assessoria Internacional, na verdade era a Assessoria Internacional do Cerimonial, um dos tópicos com os quais ela trabalhava era justamente as comemorações dos 450 anos. Isso, em 2013 ainda. E, naquela altura, o prefeito entendeu que esse tema, pela complexidade que ele encerra – que ele encerrava àquela altura, ele não poderia ser segundo assunto de ninguém, digamos assim, deveria haver uma estrutura, ainda que muito básica, para que dele tomasse conta; então ele decide criar um comitê para gerir essas comemorações. E esse comitê, na verdade, ele foi pensado, de fato, de uma maneira muito enxuta, porque a ele, a rigor, não caberia a execução de nenhuma ação propriamente dita, mas... Apenas para situar no tempo. Isso foi... Veja. Eu cheguei no Rio em março de 2013, e o Comitê, a gente começou a constituir o Comitê por volta de agosto. Então, foi muito rápido. Em dezembro... [hesitação] Agosto/setembro. Porque em dezembro, dia 05 de dezembro de 2013 foi a data do decreto, que o prefeito assina, criando formalmente a estrutura das comemorações; criando a estrutura das comemorações, abrindo o concurso da marca dos 450 anos, enfim, todo, digamos, esse arcabouço prático aí, que começa a ser o embrião das comemorações. Isso, em 2013. Eu estou falando isso porque o prefeito, então, decide que deveria haver essa estrutura, e essa estrutura foi pensada assim como a Superintendência do Quarto Centenário foi pensada em 1965; ou seja, a gente se espelhou bastante naquelas comemorações do quarto centenário, porque foram umas comemorações de muito sucesso. Pela pesquisa que a gente pôde fazer, pelo que a gente pôde apurar, realmente, a cidade se engajou muito, nas comemorações dos quatrocentos anos. Então uma das, digamos, uma das características da Superintendência do Quarto Centenário, ela, na época, em 1965, ela era atrelada à Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara, que era uma secretaria nova também, mas ela não era executora, ela era mais uma apertadora de botão. Até tem um discurso, quando Lacerda instituiu a Superintendência do Quarto Centenário, a gente conseguiu resgatar o discurso dele, do Lacerda, na época, governador do estado da Guanabara, e aí ele diz que a Superintendência não tinha, ela própria, que fazer, mas fazer fazer, e ajudar os outros que façam. E esse foi muito o espírito. A gente não tinha orçamento, por exemplo. A gente tinha uma equipe, sei lá, de quinze pessoas, no máximo. A nossa ideia era que a gente pudesse coordenar. Então, por exemplo, como é que a Secretaria de Educação comemoraria os 450 anos do Rio? Então eles fizeram um livro especial para os professores, com artigos a respeito da história da cidade; o uniforme escolar tinha a marca dos 450 anos; durante o ano de 450 anos, toda semana,

junto com o hino nacional se cantava Cidade Maravilhosa, que é o hino da cidade. Ou seja, eu estou apenas exemplificando, uma ilustração um pouco comezinha, mas esse era o espírito. Então a Secretaria de Conservação, por exemplo, fez bancos com a marca dos 450 anos, colocou na calçada, em pedra portuguesa, a marca. Cada secretaria, dentro do seu escopo, foi elencando algumas ações que remetessem às comemorações. Nós ficamos com algumas execuções, mas muito pontuais. Fizemos um concurso de miss, resgatamos um pouco... Porque a gente tinha também esse espírito de... não diria nostálgico, mas de resgatar algumas coisas que faziam referência às comemorações do quarto centenário, ou digamos, os elementos que estão na memória afetiva do carioca, e a gente identificou que o concurso de miss era muito forte, principalmente, nos subúrbios cariocas, então a gente faz um concurso de miss; que acontece, inclusive, no Imperator , no Méier. Fizemos, reeditamos... Fizemos a Biblioteca Rio 450, que eu acho que, para mim, é o maior legado que a gente pôde deixar para a cidade. A gente fez aí uma biblioteca com cerca de dezoito títulos próprios e mais uns outros... sei lá, quarenta –, com a Faperj . E essas publicações, enfim, outro dia, eu fui numa livraria, estavam elas, quase todas, lá num nicho, eu fiquei muito orgulhoso, porque, enfim, aquilo ali começou com uma ideia nossa, justamente- aí de novo – a gente viu que, no quarto centenário, o Lacerda faz um movimento muito forte nesse sentido; naquela época, eu acho que até um pouco mais ousado, porque jamais tinha havido uma coordenação de publicar sobre a cidade, ou uma coleção pensada para isso, e a gente faz isso novamente. Eu sempre brincava que a gente tinha que superar os dezessete livros que o Lacerda tinha patrocinado. [riso] E a gente fez dezoito. E a gente conseguiu reeditar, inclusive, obras, que são absolutamente fundamentais para se entender a história da cidade. Livros do Coaracy , do próprio professor Nireu Cavalcanti , enfim, obras... E com isso, mesmo aquelas que a gente não conseguiu patrocinar, a gente viu que as próprias editoras manifestaram interesse em integrar a coleção com alguns títulos, embora não patrocinados pela prefeitura, a gente viu que a gente conseguiu criar um ambiente, realmente, em que se revisitou muito as obras importantes para a cidade, obras de historiografia, principalmente. Então a gente consegue criar uma coisa robusta. E a jóia da coroa dessa coleção foi a reedição do Muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro , que foi um projeto bastante robusto do ponto de vista material, do ponto de vista, enfim, simbólico, e que era a grande entrega, digamos assim, ou a entregar máster dessa biblioteca. Fizemos também... Aí, o que acontece? A gente recebeu uma crítica muito forte, a gente, enfim, apurou uma crítica muito forte em relação ao quarto centenário, de que ele tinha ficado muito restrito à Zona Sul e à Tijuca. A professora Marly Motta, nos livros dela, ela fala muito uma expressão que o Lacerda usava: da praça da Bandeira para lá. Da praça da Bandeira para lá eram justamente os subúrbios. A Zona Oeste, na época, tinha uma concentração populacional muito pontual, em Realengo, em Campo Grande, Santa Cruz, não era... não tinha a dimensão, hoje, que tem, mas se dizia que, da praça da Bandeira para lá, as comemorações não tinham sido tão robustas. Então a gente procurou estar atento a isso. E a prefeitura lança um edital de ações locais, em que a gente deu recursos financeiros para várias ações culturais espalhadas pela cidade. Edição Rio 450. Esse edital, na época o secretário era o Sérgio Sá Leitão, secretário de Cultura, eu estava só como presidente do Comitê, e a Lia Baron, uma grande pesquisadora, foi a grande... a pessoa que engendrou esse edital. Foi de muito sucesso. Tanto assim que, no ano seguinte, a gente repetiu. E, agora, a gente até deve levá-lo para o Brasil inteiro, dentro do nosso programa do Ministério . E nos preocupamos também em, digamos, incentivar a fruição – o carioca conhecer melhor os equipamentos culturais à sua disposição na cidade, então a gente criou um passaporte, junto com o Ibram, (na época, o presidente do Ibram era o dr. Ângelo Oswaldo, depois foi sucedido pelo Beto Brandão) e a gente cria esse passaporte: passaporte dos museus. Na verdade já tinha acontecido em São Paulo; mas, no Rio, nunca tinha acontecido. E foi um sucesso absoluto. As pessoas tinham dias específicos para visitar os museus, visitavam gratuitamente e aí, carimbavam o passaporte, conforme iam visitando as instituições. E foi um sucesso tão grande que, assim, os dois lotes se esgotaram

muito rapidamente. Havia filas e tudo mais. Esse pacote, inclusive, serviu de inspiração para que nós fizéssemos, agora, o passaporte cultural Rio, para o período olímpico. Então, a gente teve o passaporte, como uma entrega grande, a biblioteca Rio 450, como outra grande entrega; aí a gente teve esses projetos mais pontuais, a gente teve um concurso de miss... Mas, o que acontece? A gente conseguiu calendarizar... Havia duas grandes entregas do Comitê Rio 450. Primeiro uma entrega, digamos, mais afetiva: fazer com que a comemoração dos 450 anos fosse apropriada pelos cariocas, que os cariocas se sentissem parte daquelas comemorações e reconhecessem desde a marca... Aliás, a marca é um capítulo à parte. Eu acho que vale a pena falar um pouco. A marca dos 400 anos foi feita pelo gênio do Aloísio Magalhães, então a gente tinha uma responsabilidade muito grande com a marca dos 450 anos, porque ela sucederia a uma marca genial. E, por essa razão, a gente faz um concurso. Eu até tive já oportunidade de falar mais detidamente sobre esse concurso, porque o escritório que ganhou, que foi a Crama Design Estratégico, eles fizeram um livro e amalharam depoimentos, também, a respeito da marca; e aí, nesse contexto, eu falei sobre o processo de escolha da marca. Mas o fato é que havia muita expectativa em relação a esse concurso, justamente por que a marca do quarto centenário foi um sucesso absoluto. Foi muito apropriada pelos cariocas. Então eles trazem esse símbolo, que no meu sentir, também, é genial, que é uma carinha sorridente que forma o quatro, o cinco e o zero. E aí a gente foi a campo, porque a ideia era que essa marca estivesse, de fato, no cotidiano dos cariocas; e nada melhor para isso do que você ter essa marca em vários produtos que fossem de uso regular das pessoas. Então a gente começou a ir atrás das empresas. A marca era cedida, em quase todos os casos, gratuitamente. E eu lembro que teve um protesto dos professores, que tinha a marca lá, e aí a gente achou o máximo, porque era isso, isso faz parte do carioca, essa coisa de manifestar-se, então, que bom que as pessoas se sentiram, digamos, à vontade, confortáveis para se apropriar, também, para esse fim, que é muito carioca. E houve várias empresas que usaram, desde uma companhia de aviação até o metrô da cidade, todas elas fizeram as suas marcas; uma rede de supermercados, até hoje usa. Enfim, eu acho que, nesse contexto, a gente conseguiu fortalecer as comemorações, por meio dessa presença cotidiana. Então houve edição especial de carro, houve edição especial de caneta, enfim, vários produtos. E a outra entrega... Então, essa entrega, digamos, mais afetiva. E a outra entrega era uma entrega do ponto de vista prático, de você entregar um calendário comemorativo. Esse calendário comemorativo, ele se estendeu de primeiro de janeiro de 2015 até primeiro de março de 2016. Ele tinha, claro, um momento chave ali, que era primeiro de março, mas houve vários momentos durante um ano; e mais do que isso, ele começa com o réveillon. O réveillon de 2014 para 2015 foi o réveillon de 450 anos. E a grande coisa – como eu falei, como a gente era apertador de botão, a gente trouxe muitos eventos, que aconteceriam na cidade normalmente, mas que a grande provocação foi que eles se adaptassem àquela temática, ou seja, que eles passassem a ser também eventos de celebração do aniversário do Rio. E aí, nessa história, a gente conseguiu juntar um calendário de quase mil eventos, divididos aí em sete categorias, que eu não vou lembrar exatamente quais eram, mas... tinha esporte, tinha teatro, tinha museu, enfim... tinha evento científico. Eu sempre brincava que a... Aí de novo, nas comemorações do quarto centenário foi feito um calendário, no dia 20 de dezembro de 1964, o governo da Guanabara publica esse calendário nos jornais – a gente não precisava publicar nos jornais, a gente tinha internet – mas, tinha uns eventos lá... por exemplo: conferência mundial dos sapateiros – aconteceu dentro do calendário dos 400 anos. E por que isso? Porque era considerado um evento, que embora não fosse, tematicamente, muito relacionado às comemorações de aniversário, ele era institucionalmente relevante para a cidade. E aí a gente, também, fez um movimento, muito semelhante, de eventos que a gente considerava que eram relevantes para acontecer no Rio naquele ano de 450 anos, embora não guardassem uma relação temática tão direta. E no final, eu lembro que teve uma vez que eu estava num sinal e aí me deram um flyer, um panfleto de uma festa, que oferecia de tudo na festa, bebida à vontade, uísque, não sei que e

tal, não sei que, com a marca dos 450 anos, dizendo que era dos 450 anos. Falei: Gente... Não podia, porque era uma coisa muito comercial de mais. Mas os caras puseram. E aí, como é que você ia atrás dos caras, para dizer que eles não iam poder usar a marca? No final, a gente achou até graça, mas... E revelou que a nossa primeira missão, que era de fazer com que as pessoas se apropriassem ou que reconhecessem aquilo como algo positivo e tal, funcionou, funcionou até bem de mais, eu diria. E a gente deu alguma sorte: o dia primeiro de março caiu num domingo, porque primeiro de março não é feriado. E a gente acompanhou... A gente fez uma outra coisa muito interessante... Uma grande preocupação foi que, realmente, a gente deixasse alguns legados, do ponto de vista da memória da cidade. E aí, por exemplo, a gente criou um livro... Não. No quarto centenário, teve uma história que as famílias fundadoras da cidade ganharam uma condecoração. A gente foi muito pressionado para fazer uma coisa semelhante nos 450 anos. Eu, particularmente, achava essa iniciativa... talvez um pouco fora de lugar, nos tempos de hoje. Entendo que há famílias, enfim, que conseguiram preservar sua memória, de que foram fundadoras, chegaram praticamente junto com Estácio de Sá, e eu acho que não há o menor problema em se exaltar essa condição. Mas nós não queríamos repetir exatamente como no quarto centenário. E achamos um pouco fora de lugar, talvez, hoje. E aí a gente parte, na verdade, para fazer um livro de heróis da cidade. E aí foram elencadas cerca de setenta personalidades do Rio, que são consideradas heróis. A gente criou uma comissão, uma comissão de umas quinze pessoas, quinze notáveis. O único não notável da comissão era eu; mas, em todo caso, as outras pessoas eram gabaritudíssimas. E o que a gente fez? A gente propôs primeiro uma lista, e essa comissão votava nessa lista que nós propusemos, e cada membro da comissão podia agregar mais três nomes, que também seriam sujeitos a votação. E, aí nessa história, chegamos a setenta nomes. Que é até um número um pouco maior do que a gente esperava. Mas, talvez, nossa lista inicial, também, tenha sido muito generosa. Mas o fato é que nós temos grandes personagens nessa lista do Rio, para a história do Rio; desde o São Sebastião e, no final, o povo carioca, como protagonista da sua história, todos eles foram elencados como heróis. E o prefeito, também, cria uma condecoração especial, que é a Medalha Primeiro de Março, atribuindo a personalidades de relevância, enfim, como dona Yvone Lara, por exemplo, ou Fernanda Montenegro, que foram condecoradas com a Medalha Primeiro de Março. Enfim, esse foi o conjunto das comemorações. Deu muito trabalho, mas no final... A gente tinha também um espelho aí. Já entrando nas Olimpíadas. Em Londres, em 2012, no ano anterior a Londres 2012, comemorou-se o jubileu da rainha, então a gente... e serviu meio como um termômetro, como uma preparação, digamos, do espírito da cidade, para aquele grande evento que aconteceria no ano anterior. Então, da mesma forma, a gente entendia a comemoração dos 450 anos, como estavam espremidas aí entre Copa e Olimpíada, a gente entendia que ela tinha também um pouco esse objetivo, esse espírito de preparar minds and hearts para o ano seguinte, para esse ano de 2016; e até, eu acho que a gente podia até ter avançado um pouco mais. A gente, a certa altura, propôs ao Comitê Organizador, o Comitê Rio 2016, que os Jogos, os eventos teste, na realidade, fossem os Jogos Rio 450; mas a coisa não prosperou. Acho que a gente perdeu aí. Acho que deveria ter sido. Teria conectado mais a cidade a uma ação esportiva mais ligada à sua própria identidade, eu acho. Minha leitura. Eu acho que a gente perde, por não ter feito isso naquela ocasião. Eu acho que a cidade estaria mais imbuída de um espírito congraçador, digamos, se a gente tivesse feito um link; que era muito natural, não era um link forçado, não era uma conexão forçada. A cidade comemorava os seus 450 anos e havia eventos testes para as Olimpíadas. Mas, enfim, não prosperou. Mas de toda sorte tinha essa coisa um pouco... esse paralelo com Londres: uma comemoração local, que serviria, na realidade, como um preparativo para esse evento maior. E aí o que acontece? Quando a gente termina, vai terminando essas comemorações dos 450 anos, a gente começa a perceber, já em... assim que eu me tornei secretário, em março de 2015 acontece o primeiro grande evento, o primeiro debate, digamos assim, a respeito de como deveria se dar a participação da cultura nas Olimpíadas. E havia uma

crítica muito contundente no que se refere à participação da cultura na Copa do Mundo, em que se dizia que a Copa não tinha, digamos, dado espaço para manifestações culturais brasileiras. E isso em todos os níveis, tanto o nível municipal quanto o nível federal. E nós ficamos muito preocupados que, com a Olimpíada, fosse diferente. Até porque eu acho que o próprio espírito da Olimpíada é um espírito mais... de certa forma menos comercial, digamos assim. O meu entendimento pelo menos é que Copa acaba sendo uma coisa muito comercial, até pelo próprio business que o futebol se transformou. Já a Olimpíada, ela tem essa coisa do atleta que não pode ser profissional, dos vários países, todos os países do mundo representados... É um grande encontro, mais do que simplesmente partidas que acontecem em estádios. É realmente um grande encontro, ao fim e ao cabo, cultural. E claro que a cidade tinha que estar muito representada. Ainda estou falando de cidade. Isso, em março, a gente tem esse primeiro encontro. E aí, quando foi em [hesitação] junho, a gente apresenta um plano ao prefeito; até, a primeira versão, ele não gostou, aí a gente faz uma segunda reunião, sei lá, umas duas ou três semanas depois, e aí a gente apresenta um plano mais completo, que consistia, na ocasião, em cinco linhas. Não sei se eu vou lembrar de todas. Mas tinha... Eram cinco linhas, uma para cada área olímpica. Tinha o fomento, programa de fomento, que a gente lançou, tinha o passaporte, tinha... Passaporte cultural Rio, o fomento... [hesitação] Não vou lembrar. Eram cinco. Era o fomento, o passaporte... Ah! O festival. Festival Cidade Olímpica. Festival, passaporte, fomento... Ah. O calendário propriamente dito, a programação cultural, que a gente naquela altura chamava de circuito... Era passaporte, fomento, circuito, festival... Está faltando um. Bom. Enfim... Mas a grande questão aqui era: nós, até tendo em vista a experiência dos 450 anos, a gente aproveitou muita coisa, só que agora para um outro período e com outro escopo; agora, a gente tinha recursos para oferecer, enfim, uma linha de ação própria para as Olimpíadas. Aí houve várias discussões internas. Por exemplo, se a gente escolheria os projetos curatorially ou se escolheríamos via edital. Eu até me arrependo um pouco. A gente fez cem por cento edital, que, eu entendo, é a maneira mais republicana e democrática de se escolher projetos culturais. Você abre um período de tempo, convoca uma comissão bem representativa, paritária (no caso, nem foi paritária, foi mais sociedade civil), e se escolhem os projetos que acha que a cidade tem que oferecer durante as Olimpíadas. E tem um detalhe. A gente colocou como período olímpico de maio até setembro. Aí a gente escolheu cem por cento dos recursos (foram treze milhões de reais) foram destinados via edital. Acho que uma parte podia ter sido feita via curadoria, curatorially, via Secretaria. Mas enfim. E aí... Porque mesmo o edital, você acaba tendo uma distorção. E aí, a gente fez essa escolha, enfim, foram feitos esses editais... Agora veja, a gente lançou esse programa dia 05 de agosto de 2015. Foi um dos eventos da semana chamada One Year to Go. Foi o lançamento da nossa programação cultural. Já em setembro, a gente abriu os editais. Porque a gente tinha como meta pagar todos os artistas entre março e abril deste ano. O que de fato aconteceu. Aí na época, a gente fez uma licitação pesadíssima, a licitação do passaporte cultural, uma licitação muito complexa. Para você ter uma ideia, a empresa que acabou executando o serviço foi a – sei lá – décima colocada no edital, porque várias empresas, uma vez tendo ganho, ou não tinham a documentação exigida... Licitação, realmente, é uma coisa muito complexa. E aí a gente faz esse edital. Eram quatro linhas de ação, porque, na realidade, esse edital, inclusive, serviria para nós pensarmos outras estratégias para o programa de fomento da prefeitura, de fomento às artes; que é um programa muito pesado, muito caro – esse ano, está distribuindo 25 milhões de reais, eu acho – e que é dividido ainda naquela coisa meio... circo, teatro, dança – e que hoje em dia, isso é muito questionado, porque, afinal, todos essas artes estão muito... Claro que o pessoal do teatro não admite isso, o pessoal da dança não admite isso, o pessoal da música não admite isso. Mas a verdade é que está tudo muito conectado. Então a gente começa a ensaiar um novo modo, que era virar esse fomento de ponta cabeça, que é você criar por linha. Então, por exemplo, tinha a linha – apoio a instituições privadas. A gente escolheu quinze... dez ou... acho que foi entre dez e quinze – projetos de

instituições privadas, que receberam cada uma cem mil reais ou próximo disso, para que elas pudessem digamos formatar a sua programação cultural para as Olimpíadas. Então, apoio a instituições privadas. Apoio a instituições públicas. Já naquela altura... Isso é uma coisa até que a gente se esquece de dizer, Rafa. Já naquela altura, a gente via que as outras esferas de governo estavam indo muito mal em termos financeiros. E a gente estava preocupado de que instituições da cidade, independentemente da esfera de governo a que pertencessem, elas pudessem ter uma programação consistente, durante as Olimpíadas. Então a gente cria essa linha – apoio a instituições públicas; apoio a instituições privadas. A gente cria uma outra linha chamada produção independente/manifestações populares, que era uma linha com valor reduzido, mas, justamente aí, a gente consegue contemplar baile funk, todas essas... Porque, o que acontece? Com os programas da prefeitura, a gente identificou que o produtor médio ficava sem ter muito para onde ir. O produtor pequeno tinha o edital de ações locais, o produtor médio-grande tinha o edital de fomento às artes, o produtor médio, ele não tinha muito para onde ir. Então esse edital até procurou responder a isso, que eram manifestações populares e produção independente. Que era uma demanda, também, da classe artística, de que a gente tivesse esse nicho também amparado por algum edital de fomento. E houve mais duas linhas. Ah! Teve uma linha, que foi pioneira, da qual eu me orgulho muito, inclusive, a que eu mais me orgulho, que é a linha de acessibilidade – arte inclusiva, que foi uma linha destinada a companhias artísticas que tivessem, pelo menos, metade dos seus componentes com pessoas com deficiência. Essa linha foi um sucesso. Foi repetida pelo fomento desse ano, já do novo secretário. Enfim, definimos cinco linhas de ação. E essas... E aí escolhemos. Foram cento e quarenta e oito projetos escolhidos. Fizemos o passaporte, e a programação é oficialmente lançada a partir de maio. E o objetivo era, realmente, retratar toda a diversidade do Rio e continuar com essa capilaridade que a gente procurou dar nas comemorações dos 450 anos. Capilaridade no sentido de que realmente houvesse eventos presentes por todo o Rio. E, também, a gente fez chamamentos para eventos que não eram patrocinados diretamente por nós, mas que por alguma razão gostariam de estar dentro deste calendário. E isso foi na prefeitura. Aí acontece todo esse processo, em que eu acabo sendo alçado à condição de ministro da Cultura...

C. S. – Eu vou voltar um pouquinho atrás, ministro, só para a gente detalhar alguns processos ainda, antes de chegar lá.

Rafael Sé – A quinta linha de ação era a maratona.

M. C. – A maratona cultural. É. Era a maratona. É. Inclusive, algumas coisas a gente... bom, a gente nem conseguiu executar.

C. S. – Eu vou voltar a isso. Eu queria, antes, só recuperar. O senhor mencionou que no primeiro projeto apresentado ao prefeito, ele não gostou. Quais foram as sugestões, quais foram as orientações do prefeito, nesse processo de formulação dessa programação?

M. C. – Então. Eu acho que naquela altura, ele achou o programa pouco consistente do ponto de vista da abrangência, assim, dos grupos que a gente poderia abranger. Eu não lembro exatamente como foi a primeira versão. Eu só lembro que houve duas reuniões. Eu acho que... Porque foi aí, depois, que a gente cria essa coisa das cinco linhas de ação. Eu acho que a gente ia se limitar a fazer... Ah! Tinha uma linha chamada temporada popular. Uma linha muito bacana. Que a gente dava recursos para que grandes projetos, enfim, de teatro, de música... não sei se grandes – foi o júri que escolheu – mas projetos de teatro, das artes em geral fossem oferecidos a preços populares, durante as Olimpíadas. Porque em Londres se reclamou muito que os teatros ficaram vazios durante as Olimpíadas. Foi uma reclamação muito grande dos produtores teatrais de Londres. E a gente não queria que isso se repetisse. Até essa semana, eu ouvi, ontem, um amigo meu me contava que ele tinha ido ver a Deborah Colker no dia anterior, no sábado portanto, disse que estava lotado, que não havia um lugar vazio. E a Deborah Colker é patrocinada pela prefeitura, pela Secretaria Municipal de Cultura. Eu acho que a gente fez bem em criar essa linha. No final, foram vinte espetáculos, a gente não conseguiu nem que fossem

muitos, mas em todo caso... Ah. E a gente teve o edital de ações locais, também, olímpico. Duas naturezas de edital olímpico. Um para projetos mais pontuais, projetos artísticos... Que o ações locais não é exatamente para projeto artístico, ele é para projeto cultural que tem impacto nos seus territórios. Não é uma apresentação, simplesmente. Ele tem que ter mais do que isso. Só que a gente viu no edital de ações locais do Rio 450 que houve muitos projetos de caráter artístico que se inscreveram e, claro, acabaram não sendo selecionados. Então, até para aproveitar essa massa, digamos assim, a gente faz, nas Olimpíadas, um edital de ações locais voltado para apresentações artísticas e um outro edital voltado para projetos que a gente chama de continuidade, que são esses que, historicamente, o ações locais procura abranger.

C. S. – Ministro, o senhor comentou, algumas vezes aí, alguns aprendizados vindos das Olimpíadas de Londres. Houve uma preocupação em ter um intercâmbio? Ou, como é que foi feita essa observação e tirados esses aprendizados?

M. C. – Eu acho que – aí, também, eu me ressinto um pouco –, foi mais empírica do que, digamos, organizada, científica. Foi meio que as coisas... Eu cheguei a ir a Edimburgo em 2015, em agosto de 2015, logo depois do lançamento da programação, tive lá a oportunidade de conhecer a equipe de... Ah. Eu fui a Londres também. Tive oportunidade de conhecer a equipe que trabalhou com a área de cultura, tanto no Comitê Rio 2016... Houve umas questões pontuais, que a gente aprendeu com eles. Por exemplo, em relação à marca. Por que a programação olímpica da prefeitura tem uma marca própria? Isso foi um aprendizado que a gente fez com eles, com Londres. Por conta da questão de patrocinador. Se um evento da prefeitura tem o patrocínio de um banco e esse banco não é o mesmo que patrocina o Comitê Rio 2016, há um choque aí, que precisa ser evitado. Por isso que todo o material da prefeitura, a gente não tem os aros olímpicos, por exemplo. Material cultural. E... Então, pontualmente, alguma coisa e outra a gente, realmente, pegou com eles. Mas não foi uma coisa assim tão orgânica e sistêmica quanto poderia ter sido, eu acho. Mesmo porque aqui, também, claro, a gente tem uma realidade muito própria. Eu não sei em que medida a gente conseguiria reproduzir. Mas em todo caso, algumas coisas a gente conseguiu realmente aproveitar, como, por exemplo, essa história dos teatros que ficaram vazios lá em Londres. Mas na realidade, lá também, eu acho que isso é culpa – como a gente até dizia aqui, no início da nossa conversa – isso é culpa um pouco da... o mote olímpico deles era um mote diferente. Eles tinham essa coisa, realmente, de esvaziam a cidade, quando o que a prefeitura faz hoje é justamente o contrário. É justamente o contrário.

C. S. – Ministro, pensando ainda alguns antecedentes. A Maratona Cultural Cidade Olímpica, que aconteceu em agosto de 2015, ela também foi pensada como um evento teste? Como ela aconteceu, como ela foi formulada e que resultados o senhor tira dela?

M. C. – A ideia era que a gente pudesse ter uma concentração de eventos culturais dentro das comemorações do One Year to Go. E ela seria repetida agora, nessa época das Olimpíadas e das Paralimpíadas. Eu acho que a gente acabou sendo atropelado pelos acontecimentos. A gente acaba tendo que muitas vezes adaptar esse planejamento a acontecimentos que se sobrepõem. A gente teve muita dificuldade, quando eu assumi a gestão do Ministério da Cultura, em... o projeto olímpico federal não estava azeitado, não estava bem estruturado. Havia algumas coisas que já estavam muito bem encaminhadas, e outras, nem tanto. Principalmente o que se referia àquelas que precisavam usar a cidade. E eu falo muito à vontade disso porque eu estava do outro lado da mesa; e quando eu estava do outro lado da mesa, ainda em maio, início de maio, eu lembro que nós tivemos uma reunião com os então membros do Ministério da Cultura e a gente já os alertava a respeito disso. A logística da cidade ia estar muito sobrecarregada. Então, não tinha como você, simplesmente, pautar um evento na Lapa e achar que esse evento ia acontecer, como se a cidade não estivesse tendo nada além disso. Então não era uma situação normal. Eu acho que a gente até deixa um pouco de lado esse conceito de maratona porque ele ia acabar, até do ponto de vista logístico, se sobrepondo a uma cidade já muito pesada em termos de evento.

Você criar um conceito em que você concentra mais eventos, numa cidade que já está sobrecarregada, é muito complexo. Então... Houve também outro... Por exemplo, a gente ia fazer um festival com... ia ter palcos itinerantes pela cidade.

C. S. – Que seria o Festival Cidade Olímpica.

M. C. – Festival Cidade Olímpica. Que a gente ia aproveitar inclusive as atrações do Ações locais. Não ficou muito bem azeitado porque, primeiro, havia uma questão de custo. A gente levou para a licitação essa coisa dos palcos e a gente se deu conta de que o negócio era caríssimo. Caríssimo. A gente ia pagar, sei lá, três vezes mais pela estrutura do que pelo artístico. Quando isso começa a acontecer, você tem que revisar. E aí a gente viu também que havia algumas estruturas que já estariam prontas, principalmente os chamados Live Sites, em Campo Grande, no Parque Madureira e aqui na Praça Mauá. Então a gente partiu para ideia de, como esses lugares já estariam espalhados pela cidade, um na AP5, outro na AP3 e outro na AP1, a gente entendeu que o mais eficiente, do ponto de vista do gasto público, seria aproveitar esses espaços; e, de fato, assim fizemos. Mas eu falava então que a grande questão era você calibrar essa necessidade, realmente, de se mostrar a diversidade cultural brasileira com uma cidade que, do ponto de vista logístico, já estaria muito sobrecarregada. E mais do que isso. Eu acho também que – e aí vai uma crítica assim direta à gestão anterior, e eu faço essa crítica mais na qualidade de ex-secretário do que atual ministro – faltou uma coordenação maior entre as esferas de governo. Essa que é a grande questão. E, entendo eu, essa coordenação teria que partir necessariamente do governo federal. Houve muitas reuniões preparatórias; mas o que a gente via é que apenas a prefeitura estava avançando, nesses eventos assim de... nesses eventos mais, digamos, de rua. A prefeitura tinha o seu programa de fomento montado, a prefeitura tinha lançado as licitações pertinentes – nós chegamos a fazer uma licitação de palco, por valor unitário –, tudo que a gente precisava fazer a gente tinha feito. E a gente não via correspondência nas outras esferas. O governo do estado, enfim, todas as questões gravíssimas pelo que passa, não se esperava realmente que tivesse condições de preparar muita coisa. E o governo federal, da mesma forma. Mas faltou um casamento, um azeitamento. E por essa razão, a gente quando chega na gestão... E eu não sei se você quer que eu já entre nessa parte...

C. S. – Eu vou lhe perguntar, um pouquinho antes, ainda dentro desse assunto, como foi a experiência do Fórum Carioca, justamente sobre isso que você está comentando, dessa possibilidade de interação entre os vários níveis de governo. Qual é a sua avaliação? Como é que aconteceu o Fórum Carioca?

M. C. – O Fórum Carioca o que é que era? Era...

C. S. – A junção... o Fórum Permanente de Cultura com o MinC e também a Secretaria Estadual, a Secretaria Municipal, que aconteceu na...

– Esse é um evento na Fundação.

C. S. – Da Fundação [Progresso], é.

M. C. – Em março de 2015? Chamava isso?

C. S. – É. Isso. Fevereiro e depois, uma segunda reunião também, tudo em 2015, lá na Fundação Progresso.

M. C. – Então. Aquilo ali... Eu sou muito crítico em relação a esses eventos. Eu acho que, assim... Isso é importantíssimo. Nós fazemos muita escuta, na prefeitura do Rio. A gente criou um programa específico chamado Fala Cultura, em que eu pegava todo mundo da Secretaria, todo o board, todo o corpo diretivo da Secretaria, a gente levava para teatro, para centro cultural e a gente ouvia as pessoas e tentava entender o que elas precisavam, quais eram as demandas. A gente fez isso tanto com algumas linguagens –, teve o teatro, teve a música, teve a dança –, quanto em alguns territórios. A gente fez na Zona Oeste, por exemplo. Só que eu sempre falava para o meu pessoal o seguinte: “Gente. Isso aqui não pode ser simplesmente um evento para inglês ver, que você escuta as pessoas, depois vai para casa e dorme. Você tem que fazer com que esses eventos sejam efetivamente eventos em que você tome nota dessas demandas e

procure encaminhá-la; até para dizer não consigo, não dá". Muita coisa que a gente fez depois, inclusive no fomento olímpico, foi resultado, na realidade, de demandas que a gente ouviu nesses eventos, muito concretamente. Por exemplo, esse edital de produção independente foi, bem concretamente, resultado de uma demanda que surgiu nesse sentido. Mas eu acho que não funcionou bem esse chamado Fórum. Eu nem lembrava que tinha esse nome. Não funcionou bem porque... e modéstia totalmente à parte, apenas a prefeitura do Rio fez seu dever de casa. Tudo que nós prometíamos nesse fórum, e que nós procuramos entender como importante e tudo mais, nós fizemos. A prefeitura do Rio lança o seu programa olímpico em agosto de 2015, lança os seus editais em setembro e outubro, salvo engano, e paga os artistas entre março e abril. E, claro, é uma operação que demandou um esforço nosso, porque tem o tal dos duodécimos. Na prefeitura, assim, se você tem uma verba destinada a fomento para o ano – sei lá, dez milhões, ou doze milhões, para fazer a conta mais fácil – você não pode gastar os doze milhões num mês só; você tem que gastar um milhão por mês. E a gente tem que mexer nisso, para poder gastar o tanto de dinheiro naqueles dois meses. Enfim, foi uma operação, realmente, que demandou um esforço, operacional inclusive. Mas que nós entendíamos que era um esforço que valia a pena. E essa coordenação, ela só existiu nas reuniões. Todo mundo se juntava e tal, conversava e tal; mas, do ponto de vista efetivo, não aconteceu.

C. S. – Não houve uma interação efetiva entre as várias instâncias.

M. C. – Não. Já na maratona, a gente viu que não ia funcionar. Na maratona... Vou contar um episódio aqui. O governo federal, ele faz uma programação... O que acontece? A gente decidiu, portanto, unir esforços, para que essa maratona do One Year to Go fosse consistente e robusta. E aí o governo do estado ia fazer a impressão, inclusive, do mapa da maratona. Mapa que eu digo é a programação. Teve um jornalzinho – bem bacana. Nós juntamos uma série de eventos dentro dessa programação. Ficou uma coisa linda. O Ministério da Cultura resolveu fazer um palco na Cinelândia, sem nos avisar. “Não. Nós vamos fazer um palco na Cinelândia”. Fizeram o palco. E aí, ao invés de se integrarem à nossa programação, eles criam uma programação à parte. Chamada... Espaço MinC.

Rafael Sé – Zona MinC.

M. C. – Zona MinC, dentro da maratona. E tanto nós da prefeitura quanto do governo do estado ficamos assim... Eu lembro que eu liguei, na época, para o secretário executivo, falei: “Por que isso aconteceu?” – “Ah. Porque vocês não deixaram a gente colocar a marca do Ministério da Cultura no material”. Eu falei: “Olha só. A minha Secretaria Municipal de Cultura, que está pagando oitenta por cento dessa maratona, não está colocando a sua marca; o governo do estado, a Secretaria de Cultura do Estado, também, não está colocando a sua marca. Decidiu-se que cada ente colocaria a sua marca de ente: a prefeitura, o governo do estado e o governo federal. Agora, a partir de uma não colocação da marca, vocês resolvem criar uma coisa à parte?” Ou seja, já aí, eu já vi que a integração não ia funcionar. E o que mais me assustou na época? Esse movimento vir justamente do ente mais poderoso e que, portanto, deveria ser o mais zeloso dessa integração. No meu entender. É aquele que tinha justamente o guarda-chuva das ações. E ele já, já de início, já se apartou. Então, não funcionou. Foi bem ruim.

C. S. – E ministro, nesse processo de formulação da programação cultural para as Olimpíadas, como foi a relação com as entidades esportivas? Comitê Olímpico...

M. C. – Também foi um pouco aquém do que deveria. Mas aí eu acho que é mais pelos constrangimentos de ordem financeira, pelos quais eles passaram ao longo de todo esse período, do que, propriamente, por uma falta de vontade política. Mas o próprio - e aí vocês vão ouvir gente mais gabaritada para falar a respeito disso -, mas eles próprios já identificavam que essa integração com o próprio governo federal não estava boa. Mas eu acho que aí vai mais pelo constrangimento financeiro; assim como com o governo do estado, por exemplo, com quem eu sempre tive a melhor das relações. No final, é aquela coisa, a gente pensou que 2016 ia ser um ano maravilhoso para o país e tal, mas o fato é que ele estava mergulhado ou está mergulhado na

maior crise de toda a sua história. Crise financeira, crise industrial, crise política. E aí eu acho que até esse meio clima de mau humor que a gente... é muito compreensível, porque o país está numa situação muito difícil. Então, é nossa responsabilidade, eu acho, como Estado inclusive, tentar mostrar as Olimpíadas para além desse mau humor momentâneo, dessa sazonalidade negativa, porque, de fato, houve muitas entregas positivas, sobretudo para a cidade; e eu acho que as Olimpíadas surgem também como uma alavancagem de um outro momento para o país; a gente tem que enxergar como uma virada; passamos por um esgotamento, enfim, por um momento muito negativo, mas que a gente faça, agora, desse limão uma limonada.

C. S. – Ministro, quando o senhor comenta esse mau humor, ele é perceptível aonde? O que é que seria esse mau humor?

M. C. – Eu acho que o espírito das pessoas. Eu acho que as redes sociais, hoje, acabam sendo um bom termômetro para isso. Mas nas próprias ruas. Eu acho que as pessoas estão muito reativas, as paixões demasiadamente exacerbadas. E aí eu me refiro mais do ponto de vista político, claro. Mas, assim, mesmo essa má-vontade generalizada com governos e tudo mais, isso, às vezes, acaba sendo muito nocivo para a própria convivência social. Você imaginar que, evidentemente, você vai ter que fechar uma rua para que, ali, aconteça uma obra, isso ser alvo de uma gritaria, de uma histeria, fica um pouco irracional.

C. S. – Agora, às vésperas da Olimpíada, qual é a sua percepção em relação ao carioca?

M. C. – Eu acho que essa semana vai ser crucial. Essa semana, enfim, a abertura dos Jogos é agora, dia cinco, o carioca tem que ser... a hospitalidade carioca tende a prevalecer sobre o seu espírito combativo, que também é muito... historicamente, muito presente, faz parte da nossa identidade. Que bom que é assim. Como diz o professor Chico Alencar, deputado, enfim, professor, “na nossa história, nós temos muitas transições intransitivas”. Eu acho que se não fosse esse espírito mais aguerrido do carioca, essas transições intransitivas teriam passado para a história como momentos de decepção, quando na realidade foram momentos de florescimento da nossa cidadania. Então isso é parte da identidade. E é bom que seja assim. Agora quando o carioca precisa decidir entre ser hospitaleiro e ser combativo, ele prefere ser hospitaleiro; então, isso é bom também.

C. S. – Ministro, no momento em que o senhor deixou a secretaria para assumir o Ministério, em que pé estavam aquelas ações que o senhor elencou, do edital do fomento, do passaporte, do festival, o circuito e a maratona?

M. C. – Então. A maratona, na verdade, ela só ia acontecer agora, durante as Olimpíadas, é isso, como eu comentava, a gente não mensurou corretamente, eu acho, esses balizamentos de ordem logística. Hoje, eu vejo, por exemplo, a cidade toda cercada, a Lagoa e tal, eu fico pensando: gente, realmente, a gente foi muito ingênuo, eu acho, de achar que tudo ia se dar de maneira normal, numa cidade que está totalmente imbuída desse espírito logístico das Olimpíadas. Mas o fomento já estava pago quando eu saí, já estava cem por cento feito, o passaporte já estava lançado... Eu lanço o passaporte na semana anterior a minha ida para o Ministério. O circuito é o produto de todas essas ações, então, também, já estava feito. As semanas que antecederam a minha vinda para o Ministério foram muito tensas, na Secretaria. Porque essa coisa da licitação pública é muito complexa. Porque, ganhou uma empresa de Minas, e eles, até onde eu entendo, são bons, mas não é uma empresa, enfim, com a qual a gente já tinha trabalhado, que a gente estava familiarizado; ela própria não estava familiarizada. É um projeto de grande magnitude. Mas o circuito já estava ok. O festival, que a gente, basicamente, incorporou ele à programação que a RIOTUR estava elaborando nos Live Sites, então deixa de existir; e a maratona, também, por questões de logística, a gente preferiu não vir com esse produto. E, de novo, como a gente teve muitos problemas com a programação do MinC, a gente entendeu que não era o momento de se falar de uma maratona, que seria um pouco... Não faria parte. Não seria produtora a gente falar de maratona, num momento que a cidade já estava tão carregada de eventos. E, por essa razão, inclusive, a gente faz uma opção por grande parte da

programação pensada no Ministério, que ela se trasladasse para o período das Paralimpíadas, que a cidade vai estar menos carregada. Havia menos eventos da prefeitura programados para esse período, então a gente pensa numa maior complementaridade, que faz todo sentido, claro. Então a gente fez essa opção pelas Paralimpíadas até para fazer esse ajuste logístico. E também a gente tinha... Eu sou muito cioso dessas contratações públicas. Eu, pessoalmente, porque é a única coisa... Enfim, eu não sou político tradicional. Posso até me tornar um dia. Mas não sou político de carreira. E, eu brinco que eu não tenho bens, a única coisa que eu tenho é meu CPF, minha reputação, então eu sou muito preocupado com essas contratações que são feitas e tudo mais. E quando a gente se depara com o arcabouço jurídico que foi montado para fazer sei lá quantas contratações que estavam previstas, a gente identificou muitas fragilidades. Eu não posso pedir ao meu servidor, ao meu funcionário que ele tenha, digamos, uma... que ele seja menos cioso do que eu seria. E aí, a gente faz essa revisão jurídica dessas contratações e a gente viu que algumas a gente não ia conseguir levar adiante. Contratações, diga-se, que não estavam... estavam simplesmente apalavradas, muitas delas. Então a gente pegou essa programação e a gente pensou três coisas. O que é que a gente não vai... O que é que a gente vai honrar cem por cento? O que está celebrado. Então, contrato celebrado, despesa empenhada e edital concluído. Essas três naturezas serão integralmente respeitadas, porque são as naturezas de operações que nós temos que respeitar, porque é negócio jurídico perfeito. E aí a gente passa... realmente, faz uma análise de todos os outros projetos que não estavam nessas condições. Alguns deles a gente consegue aproveitar, outros não; outros, a gente teve que descartar. Havia alguns valores que nos pareceram bastante excessivos. Se você considerasse até o momento pelo que o país vive, a gente tem que estar preocupado também, entendo eu, não apenas com aquilo que é juridicamente possível ou correto, mas também com aquilo que moral e eticamente tem o seu lastro. Eu acho que quando a gente fala de moral e ética a gente fala também de valores, não apenas, enfim, se a contratação é correta ou não. Valores financeiros. Então a gente tentou transformar esse problemão em entregas digamos robustas, concretas e que fizessem sentido, também, do ponto de vista jurídico; e do ponto de vista prático, de novo, havia necessidade de maior interação com as autoridades da cidade, para se dimensionar corretamente os impactos logísticos que os eventos culturais das Olimpíadas produziriam. Então, para além da necessidade de se contemplar a diversidade brasileira, que é um mote, um vetor aí que a gente tem muito presente, a gente continua tendo muito presente, tem essas condicionantes logísticas.

C. S. – Ministro, só para fechar aqui a questão da secretaria. Como o senhor avalia, de uma forma mais ampla, não estamos falando só da questão das Olimpíadas, como o senhor avalia a sua experiência à frente da Secretaria Municipal de Cultura?

M. C. – Foi um ano muito intenso, porque... Quando a gente chega na secretaria, eu te falei que a gente ouviu demandas várias, tal, eu procurei alinhar a secretaria ao pensamento do prefeito. O prefeito é um... acho que é um dos melhores gestores públicos... acho não -, é um dos melhores gestores públicos do Brasil, sem dúvida alguma. Eu trabalhei direto com ele, eu sei disso. E eu via, ele falava uma frase que sempre me chamava atenção, que ele falava assim: “Olha. A gente não vai resolver todos os problemas da cidade; mas a gente vai deixar eles pelo menos encaminhados”. E eu da mesma forma pensava: a secretaria tem que estar alinhada nesse pensamento. Nós não vamos resolver todos os problemas da cultura da cidade, mas nós vamos deixar, pelo menos, esses problemas encaminhados. Então, por exemplo, uma das grandes demandas da classe artística era em relação aos equipamentos físicos da cidade, culturais. O Rio tem hoje, se não o maior, um dos maiores, deve ser, sei lá... eu acho até que é o maior – a maior rede de equipamentos públicos de cultura do Brasil. São sessenta equipamentos, entre centros culturais, museus, bibliotecas, teatros. Nós temos a maior rede pública de teatros do Brasil. Essa, seguramente. São treze teatros. É muita coisa. E teatro público tem uma relevância absoluta, porque é no teatro público que você consegue dar azo ou dar vazão ao teatro experimental, que por sua vez é essencial para o desenvolvimento estético das artes, para o desenvolvimento de

linguagem. Então a gente tem que cuidar muito dessa rede. Então a gente cria um programa voltado para o melhoramento físico da rede, que é o Recultura. Aí depois nós vimos que... Estou falando aqui dos encaminhamentos que a gente deu. Aí a gente viu que as bibliotecas da Secretaria de Cultura –, porque a prefeitura tem bibliotecas da Educação e da Cultura –, as nossas bibliotecas estavam em situação lastimável; então nós fizemos um programa voltado para as bibliotecas, junto com o CDI, com o Itaú, que é o projeto Bibliotecas do Amanhã, que agora, também, a gente vai federalizar. E que se consistia não apenas em dar... você fazer uma reforma na biblioteca, como você também, além da reforma física, você dar hardware, ipad, televisão e tal, e você ter também um programa educativo. A gente já tinha entregue uma biblioteca, que foi a do Rio Comprido, dentro do programa e haverá duas outras entregas – quer dizer, eu acho que haverá, pelo menos estavam planejadas - que eram a da Tijuca e a do Irajá. A do Irajá era minha biblioteca, assim, do coração, porque é um prédio lindo, biblioteca João do Rio, um prédio que foi construído para ser biblioteca; que normalmente não é assim, eles adaptam casas velhas. Casas velhas... Casas antigas, sendo politicamente correto. Mas a Biblioteca João do Rio não. Ela foi feita para ser uma biblioteca. E aí os meus arquitetos fizeram lá um... construíram uma nova escada... Enfim, ficou um... O projeto ficou maravilhoso. Em todas elas, a gente inclui elementos de acessibilidade. Agora o... Quando eu cheguei na Secretaria, a gente... mas, realmente assim – a gente organizou a secretaria. Porque é assim. Tem certas coisas que você, realmente, tem que se debruçar na operação, para você poder entender como é que você a melhora. Vou dar um exemplo. A Secretaria tinha um contrato de luz, um contrato de som e um contrato de mão de obra para os seus teatros. O que é que a gente fez? A gente passou a dar, o mesmo valor que a gente gastava nesses três itens, a gente passou a dar para os residentes dos teatros. Como entidade privada, eles têm uma flexibilidade de contratação muito maior do que a gente. E isso começou a dar muito certo, porque eles começaram a conseguir contratar coisas de muito melhor qualidade do que as licitações que a gente fazia. A outra coisa que a gente pensou - isso eu não sei nem se chegou a ser implementado - a gente tinha esses três contratos separados, mas, na realidade, esse contrato tinha que ser único. Tinha que ser um contrato que era luz, som e mão de obra junto, a mesma empresa, se contrata e tal, e ela provê os serviços, com mão de obra. Aí a gente ia refazer a licitação agora. Bilheteria. Umas coisas assim, que parecem comezinhas, mas que se você... A partir do momento que você entende a operação, você consegue pensar em aperfeiçoamentos, que vão resultar em entregas melhores. Então, a minha passagem pela Secretaria eu resumiria assim: a gente buscou encaminhar problemas, não resolver todos; uma secretaria de muita entrega, de muita escuta mas uma escuta – que eu sempre falo – qualificada, que você pudesse dela tirar, realmente, proveito, no sentido de elaborar ações concretas, e, do ponto de vista interno, uma secretaria que fosse realmente organizada, do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista funcional. Nós procuramos valorizar muito os servidores que estavam na casa. A Secretaria Municipal de Cultura não tem servidores de carreira tal qual. São muito poucos. Porque a última vez que se fez concurso, já faz muito tempo. Acho que foi na década de 80. Mas há alguns poucos e muito bons servidores de carreira e a gente procurou valorizá-los. Eu lembro, quando eu cheguei na secretaria, tinha um determinado departamento, que eu não vou dizer qual, mas que me disseram assim: “Olha, naquele departamento, você tem que exonerar todo mundo. São péssimos!” Aí eu dividi isso com a minha chefe de gabinete, a Flávia, falei: “Flávia. Estão dizendo isso e tal. O que você acha?” Ela disse: “Não. Vamos chamar o pessoal para conversar”. Olha. Eu vou te dizer que esse departamento, no final das contas, foi o mais demandado de toda a minha gestão. E pessoas assim, que se tornaram minhas amigas, basicamente. Portanto é uma questão de você... de como você vai fazer com que aquelas pessoas se sintam valorizadas até. É muito fácil você, simplesmente, descartar. Agora, se são servidores, você tem que ter uma preocupação, porque... E eu agora, no Ministério, eu tenho batido muito nessa tecla e feito movimentos até eu digo um pouco audaciosos, em relação a isso, mas é porque eu acredito, por ser servidor de carreira... Eu

acredito muito nisso, de que são essas pessoas que vão ser as responsáveis por dar continuidade. São elas os bastiões da memória institucional, que é absolutamente imprescindível para o melhor funcionamento, para um funcionamento mais eficiente da máquina pública. Só quando você tem essa memória... Evidente que cada gestor vai acabar trazendo, eu trouxe muita gente da Secretaria de Cultura, inclusive, levei para o Ministério, e estou escolhendo alguns cargos-chaves, pessoas que sejam mais próximas a mim. Isso é natural. Mas isso não pode ser a tônica. Não pode ser a maioria. Não pode isso permear todas as relações do Ministério. Então, eu tenho batido muito nessa tecla.

C. S. – Eu vou encaminhar para as últimas perguntas. Tem alguma coisa que queira acrescentar?

M. C. – (Não sei.) [Inaudível]

C. S. – Então, eu vou encaminhar para as três últimas perguntas. Ministro, o senhor falou bastante sobre a programação cultural do município, quando o senhor estava à frente. E, lembrando até algo que o senhor comentou aqui, nos 450 anos, a tônica era a questão da memória, como o senhor definiria, não sei se em uma palavra ou em poucas palavras, a tônica da preocupação em relação à programação cultural para as Olimpíadas?

M. C. – Eu escolheria duas palavras: diversidade e capilaridade. Ou seja, que a gente pudesse refletir a diversidade, no caso da prefeitura, a diversidade cultural carioca. Porque o Brizola falava que o Rio, ele resume e amplia o Brasil. Eu gosto muito dessa frase, porque é grande... é isso, sintetiza muito bem. O Rio resume e amplia o Brasil. Então, ao privilegiarmos a diversidade cultural carioca, na realidade a gente está privilegiando a diversidade cultural brasileira. Então, desde a minha gestão como secretário municipal de Cultura, isso já estava indiretamente presente; mas agora, mais que nunca. E capilaridade porque, claro, você tem que pensar a cidade como um todo. Eu sempre falo o seguinte. Quando eu era secretário municipal de Cultura eu podia falar isso com mais propriedade, mas, a gente falava que o Rio de Janeiro continua sendo a capital cultural do Brasil porque ele é capaz de criar movimentos de vanguarda, que são ampliados, usando o termo aí do governador Brizola, são ampliados no Brasil todo. Só que esses movimentos de vanguarda, eles acontecem nas chamadas regiões de periferia do Rio de Janeiro, seja nas comunidades, nas favelas presentes em toda a cidade, seja nas AP3, na Zona Norte e na Zona Oeste; então, o gestor público, ou a administração pública, ao privilegiar movimentos culturais que acontecem nessas zonas, ele contribui justamente para reforçar e garantir a permanência da condição do Rio como capital cultural do Brasil. Que eu usava como o grande objetivo sintético da Secretaria Municipal de Cultura. Qual era o objetivo da Secretaria Municipal de Cultura, do trabalho? Fazer com que o Rio reforçasse e garantisse a sua condição de capital cultural do Brasil. Porque nessa condição você tem embutidas várias linhas de ação de política pública de cultura, como, por exemplo, a consciência acerca da necessidade, como gestor público, de privilegiar manifestações culturais que não aconteçam no chamado main stream da cidade; ou que pelo menos – e eu tenho falado muito isso no Ministério da Cultura – que você tenha uma política voltada para cada um desses segmentos. Então, diversidade e capilaridade.

C. S. – Ministro, qual será o legado que os Jogos Olímpicos poderão deixar para a cidade do Rio de Janeiro?

M. C. – Eu acho que têm legados de ordem física, legados de ordem afetiva. Os legados de ordem física, eu acho que você tem toda essa malha de transporte, por exemplo, muito... E as pessoas esquecem. Milton Santos era muito firme nisso, que você investir em transporte você democratiza o espaço, você contribuiu para o chamado adensamento urbano, enfim, aí têm todos os conceitos da geografia. Mas na medida em que você faz esse investimento em transporte... As pessoas falam assim: ah, mas investiu no BRT e não investiu em habitação, não investiu em saúde. Primeiro que isso não é verdade. Para começar. Mas, em segundo lugar, o investimento em transporte, ele é absolutamente imprescindível, numa região metropolitana complexa como a

nossa. Então tem esses legados mais tangíveis, que aí... enfim, eu não vou ficar fazendo aqui propaganda da prefeitura mas... que são muito palpáveis. E tem o legado afetivo, que eu acho que acaba ficando um pouco... ficou um pouco, enfim, prejudicado, talvez, pelos últimos acontecimentos, por essas paixões exacerbadas, e mesmo... enfim, o estado está numa crise falimentar. Você teve episódios lamentáveis, para dizer o mínimo, como o da ciclovia, por exemplo. Mas tem essa coisa da cidade se reconhecer como – e do povo carioca se reconhecer como um pouco e como uma cidade que é capaz, sim, de organizar eventos de grande monta e de receber o mundo inteiro. A gente já faz isso. Eu sempre brinco. Eu fui chamado pelo pessoal lá de Edimburgo para conhecer o Festival de Edimburgo e tal. Eu sempre tenho meu pé atrás com essas organizações internacionais, que, no final, eles querem mais ensinar do que promover um intercâmbio genuíno. E aí meio que eu senti que eles estavam querendo me patronizar, tipo assim: olha, vou ensinar para você que veio lá das Índias Ocidentais como é que a gente faz um grande evento. Gente, o Rio de Janeiro, duas vezes por ano, coloca sei lá quantos milhões de pessoas na rua. Carnaval e réveillon. Aí o cara quer me mostrar um festival de teatro – que é lindo, maravilhoso, eu vi peças maravilhosas na rua, as pessoas lá fazendo as suas performances – mas que leva trezentas mil pessoas para a rua. Isso para a gente é peanuts. De novo, nada contra. O Festival de Edimburgo é lindo, a cidade é uma teteia; mas a gente tem muito mais expertise. E... Qual foi a pergunta mesmo?

C. S. – Justamente essa questão do legado para a cidade.

M. C. – O legado, é. E aí, do ponto de vista cultural, eu acho, de política pública de cultura, eu acho que a gente se preocupou com os dois grandes vetores, quando você fala de política pública de cultura, no meu sentir, que é vetor da fruição, você se preocupar com aquele público que não quer fazer, ele quer, simplesmente, ir num museu, ele quer, simplesmente, ir num teatro. Isso por si só... Eu estou aqui minimizando, mas, na realidade, isso já é... Muitas vezes, a partir dessa experiência, ele até troca de lado, ele passa a ser, também ele, um produtor, um agente não apenas dinamizador, mas efetivo de criação cultural. Mas a gente se preocupa também, nessa programação, com a criação, em refletir a criação da produção cultural da cidade, que ela estivesse refletida. A gente sempre colou... A gente fez várias propagandas institucionais e a gente colocava: medalha de ouro para fazedor de cultura carioca, porque ele também estaria premiado, ele também estaria representado nas Olimpíadas, não apenas os atletas. Considerando, novamente, que as Olimpíadas tem muito mais essa pegada de ser o encontro do que a Copa.

C. S. – Ministro, vou fazer então a última pergunta, que é: qual a sua opinião sobre um projeto como esse que nós estamos realizando, de fazer o registro da experiência dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro?

M. C. – Absolutamente imprescindível, porque – de novo – a gente tem que privilegiar a memória, porque daqui a cinquenta anos, quando a gente tentar entender como é que se deu esse processo e tudo mais... Eu me senti muito lisonjeado de participar de um projeto como esse, porque são sempre grandes nomes que são contemplados, aqui no CDOC a gente tem depoimentos de muita robustez e importância, que os pesquisadores se valem bastante. Então, daqui a cinquenta anos, quando se for escrever o - cinquenta ou menos, espero – quando se for escrever alguma tese, alguma coisa sobre como se deu as Olimpíadas, eu espero que pelo menos considerem algumas das coisas que a gente pensou, porque foi tudo pensado com muita lógica. Como tudo que eu procuro fazer, as coisas têm um encadeamento. O improvisado, às vezes, é importante. No improvisado, às vezes, saem coisas muito positivas. Tem uma máxima no Itamaraty que diz: o Itamaraty não improvisa. Isso é mentira. O Itamaraty improvisa várias vezes. E esse improvisado, às vezes, é muito bom, porque às vezes dele resultam ações, atividades, iniciativas que acabam deixando a característica de improvisado e passam a ser... Mas em todo caso, embora tenha havido aqui e ali alguns improvisos, o fato é que o todo foi muito bem pensado. Então, se eu puder pedir para os pesquisadores – reflitam sobre isso em particular –, eu gostaria.

C. S. – Ministro, muito obrigada pela sua disponibilidade.

M. C. – Obrigado a vocês.

C. S. – Esperamos vê-lo depois, numa segunda entrevista sobre...

M. C. – Avaliando os resultados.

C. S. – Avaliando os resultados, a experiência...

L. C. – Como o projeto vai até dezembro, então, lá em outubro, depois das Paralimpíadas.

M. C. – Ótimo.

C. S. – Reserva mais um tempinho para a gente no futuro.

M. C. – Com certeza.

C. S. – Ministro, muito prazer.

M. C. – Obrigadíssimo. O prazer é meu.

Final do pho¬_Marcelo Calero_2016-08-01